## ACTA Nº 24



ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO
CASTELO REALIZADA NO DIA 12 DE
NOVEMBRO DE 2020 ------

-----Aos doze dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Viana do Castelo e Paços do Concelho, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Viana do Castelo sob a presidência do Presidente da Câmara José Maria da Cunha Costa e com a presença dos Vereadores Vítor Manuel Castro Lemos, Joaquim Luís Nobre Pereira, Ricardo Jorge Ponte de Matos Carvalhido, Ricardo Nuno Sá Rego, Manuel Hermenegildo Ribeiro da Costa, Paula Cristina das Neves Garcia Veiga e Cláudia Cristina Viana Marinho. Secretariou a Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Câmara Municipal, Hirondina Machado. E, tendo tomado os lugares que lhes estavam destinados, o Presidente da Câmara declarou aberta a reunião pelas dezoito horas tendo-se registado a falta da Vereadora Carlota Gonçalves Borges. ORDEM DO DIA:- Presente a ordem de trabalhos foram tomadas as seguintes resoluções:- (01) PRESSUPOSTOS ORÇAMENTAIS - GRANDES OPÇOES DO PLANO DE ATIVIDADES E **ORÇAMENTO 2021 - INFORMAÇÃO:-** Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a informação que seguidamente se transcreve: "PROPOSTA - GRANDES OPÇÕES - PLANO ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2021 - PRESSUPOSTOS ORÇAMENTAIS - O nosso país e o mundo estão a viver uma situação excecional originada pela pandemia do COVID 19 para o qual não temos registo histórico de nada que tenha ocorrido com este impacto nos domínios da saúde, da economia e das áreas sociais. O abrandamento económico e o confinamento total da primeira vaga e o condicionamento da segunda



vaga originaram um efeito de redução das receitas próprias da autarquia, resultantes do abrandamento da economia, que terão um impacto na estrutura orçamental do atual ano económico de 2020 e 2021. Assim, parece-nos prudente prever para o próximo ano uma redução da receita própria dos impostos municipais, resultante das descidas do IMT e da Derrama e uma estabilidade das verbas do Orçamento de Estado. Os fatores positivos do aumento previsível da receita de 2021 estão associados à reprogramação do atual "Portugal 2020", com o normal aumento das taxas de comparticipação de projetos já aprovados e o reforço de financiamentos de ações em curso. Inicia-se em janeiro de 2021 o novo Quadro Comunitário de Apoio "Portugal 2030" que terá um horizonte temporal até 2027 e que permitirá a continuidade de muitos projetos e apostas municipais nos domínios da educação, nas infraestruturas ambientais, na cultura e nos apoios aos equipamentos sociais. Em 2021 teremos também a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência que disponibilizará 15,7 mil milhões de euros a Portugal para a recuperação económica, reformas estruturais e investimentos associados á descarbonização da economia e adaptações climáticas, para várias tipologias de investimentos de 2021 até 2026. Para apoiar este ciclo de investimentos excecionais que a União Europeia e o nosso Governo disponibilizam aos territórios é necessário que as autarquias possam acompanhar com recursos próprios as componentes nacionais. Neste sentido a Câmara Municipal, como dispõe de um plafond confortável para endividamento, vai apresentar um empréstimo para investimento no montante de 2.938.216,95 euros para apoiar investimentos necessários nas infraestruturas ambientais, requalificação de escolas, requalificação de habitação social, equipamentos culturais e arranjos urbanísticos. A Grandes Opções do Plano - As grandes opções de investimento do município estarão muito centradas em quatro objetivos fundamentais: >Apoio às populações no combate á Pandemia COVID 19, incentivos à economia e ás Instituições de Solidariedade Social. Nestes programas estão incluídos os apoios à saúde nos testes, equipamentos de proteção individual, incentivos económicos às atividades mais fustigadas pela crise e apoios às IPSS's para equipamentos de proteção individual, equipamentos e obras de requalificação ou aumento de valências sociais. > Execução do atual quadro comunitário de apoio nas



tipologias de investimento: infraestruturas básicas, educação (Remoção Fibrocimento Escolas, Requalificação Escola Pintor José de Brito, requalificação de várias EB1's como escola Carmo, Escola de Areosa, Santa Maria Geraz do Lima), equipamentos sociais (apoios aos programas das IPSS's no âmbito do Programa Pares e outras ações), equipamentos de saúde ( Centro Saúde/USF da Meadela), ambiente (Alargamento de redes de água e saneamento) reabilitação urbana (conclusão do PEDU e arranjos urbanísticos dos centros cívicos das freguesias); > Enquadramento dos projetos municipais nos objetivos do próximo Quadro Comunitário de Apoio: Mobilidade Sustentável (rede ciclovias e adaptação da frota municipal), Eficiência Energética( substituição de luminárias e adaptações de edifícios públicos), Cultura (Programa Valorização Património Construído) e Infraestruturas de Saneamento Básico( Alargamentos das redes de água e saneamento nas freguesias); > Candidatura dos projetos identificados no Plano Nacional de Investimentos no Plano de Recuperação e Resiliência Económica: Nova Via Vale do Neiva, Nova travessia do Rio Lima, Áreas de Acolhimento Empresarial Alvarães, Barroselas, Castelo Neiva, Cardielos, Carvoeiro, Neiva e Lanheses) Terminal de Cruzeiros, Novos Centros de Saúde ( Meadela, Alvarães, Litoral Norte), Habitação Social, Residências Universitárias, Unidades Cuidados Integrados. (a) José Maria Costa.". A Câmara Municipal deliberou tomar conhecimento. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Vitor Lemos, Luis Nobre, Ricardo Carvalhido, Ricardo Rego, Hermenegildo Costa, Paula Veiga e Cláudia Marinho. (02) EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:-"Proposta - Aprovação da abertura de procedimento de contratação - Empréstimo de Médio e LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO - VALOR: € 2.968.216,95 € - PRAZO VENCIMENTO: DOZE ANOS - PRAZO UTILIZAÇÃO CAPITAL: DOIS ANOS - O Município de Viana do Castelo pretende em



2021/2022 realizar obras de requalificação em equipamentos escolares, culturais, habitação social, requalificação de espaços públicos e assegurar a componente nacional de projetos financiados por fundos comunitários, através da contração de um empréstimo de MLP. Com a contração deste empréstimo não colocaremos em causa as disponibilidades financeiras do município, para garantir as componentes nacionais de outras candidaturas já apresentadas e aprovadas, com taxas a fundo perdido de 85% aos programas comunitários, nomeadamente, na Reabilitação Urbana-PEDU e Circulo Urbano da Água, nos programas operacionais NORTE 2020, POSEUR, POISE, POCH, PDR 2020 e MAR 2020

1. Investimento a Financiar pelo Empréstimo:

OBRAS	Valor do Investimento	Fontes Financiamento			
		FEDER	Empréstimo	Orçamento Municipal	Total
Plano de Substituição Coberturas de Amianto	794.661,86 €	556.263,30 €	238.398,56 €		794.661,86 €
Requalificação do Espaço Público da Quinta de Monserrate 1ª Fase	2.620.325,67 €	2.227.276,82 €	393.048,85 €		2.620.325,67€
Ampliação Rede Água e Águas Residuals Domésticas Vila Franca, Deão, Barroselas, Carvoeiro, Perre e F. Soutelo	1.759.290,17 €	1.319.467,63 €	439.822,54 €		1.759.290,17 €
Forum Cultural das Neves	313.442,00 €		313.442,00 €		313.442,00 €
EB1/J.J. Areosa	500.000,00 €		350.000,00 €	150.000,00 €	500.000,00 €
Escola Srª Oliveiras Darque	107.000,00 €		107.000,00 €		107.000,00€
EB1 Carmo	104.685,00 €		104.685,00 €		104.685,00 €
J.I. Geraz Lima - Gandara	90.000,00 €	1	90.000,00 €		90.000,00€
Coberturas exteriores/Espaços Desportivos nas escolas/Bibliotecas Escolares	250.000,00 €		250.000,00 €		250.000,00 €
Arranjo Urbanistico Centro Cívico Fase2 - Vila Nova Anha	261.820,00 €		261.820,00€		261.820,00€
Reabilitação Bairro Social Areia - Av. 3 julho Darque	390.000,00 €		390.000,00€		390.000,00 €
TOTAL	7.191.224,70 €	4.103.007,75 €	2.938.216,95 €	150.000,00€	7.191.224,70 €

2. Entidades bancária a consultar: - Banco Comercial Português; Banco BPI; Caixa Geral de Depósitos; Caixa Crédito Agrícola Mútuo; Montepio Geral; Banco Bankinter; Novo Banco; EuroBIC; Banco Santander Totta; (a) José Maria Costa.". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vitor Lemos, Luis Nobre, Ricardo Carvalhido, Ricardo Rego e Cláudia Marinho e a abstenção dos Vereadores Hermenegildo Costa, Paula Veiga que apresentaram a seguinte declaração de voto:- "Declaração de Voto — Os vereadores do PSD abstêm-se porque, não pondo em causa a necessidade de investimento segundo as Grandes Opções do Plano, não concordam com o elevado endividamento municipal que se tem verificado neste final de

mandato. O otimismo generalizado de que as verbas dos fundos europeus farão face a todos os problemas económicos que esta crise pandémica agravou podem induzir a opções, no que ao endividamento respeita, que pode pôr em risco o equilíbrio financeiro deste Município. (a) Hermenegildo Costa. (a) Paula Veiga.". (O3) APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:- Nos termos do número 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme e seguidamente assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da presente reunião. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Vitor Lemos, Luis Nobre, Ricardo Carvalhido, Ricardo Rego, Hermenegildo Costa, Paula Veiga e Cláudia Marinho. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas dezanove horas declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

